



INSTRUÇÃO NORMATIVA LIE Nº 001/2021

Estabelece procedimentos para execução, acompanhamento e prestação de contas de projetos esportivos contemplados por meio da Lei nº 4.513 de 22 de dezembro de 2005 e pela Lei nº. 4.979 de 23 de novembro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 12.122 de 10 de fevereiro de 2021.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E DEFINIÇÕES

Art. 1º Esta Instrução Normativa regula os procedimentos de execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados dos projetos esportivos aprovados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte Lei nº 4.513 de 22 de dezembro de 2005 e pela Lei nº. 4.979 de 23 de novembro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 12.122 de 10 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Os procedimentos regulados nesta Instrução Normativa devem observar os princípios e atender às finalidades da Instrução Normativa do Tribunal de Contas de Santa Catarina N.TC-14/2012, Manual de Prestação de Contas IN 49/2018 de Itajaí <https://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/d/55> e suas alterações.

Art. 3º Para aplicação desta Instrução Normativa, serão consideradas as seguintes definições:

- I. **Projeto Esportivo - (Formulário de Apresentação do Projeto Esportivo – FAPE – ANEXOS I, II, III, IV, V, VI e VII)** programas, planos, ações ou conjunto de ações inter-relacionadas, inclusive contrapartida financeira e/ou social, para alcançar os objetivos específicos, dentro dos limites de um orçamento e tempo delimitados.
- II. **Produto Final** - é o objeto da ação preponderante do projeto.
- III. **Plano de Contrapartida** - é a ação (ou o conjunto de ações) prevista no projeto esportivo como contrapartida social e/ou financeira na perspectiva



de potencializar seus resultados, observando a relevância do projeto e de acordo com a política pública do esporte desenvolvida pela Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí.

- IV. **Plano de divulgação - (ANEXO V)** - é o conjunto de ações destinadas à divulgação de projeto esportivo e produtos deles resultantes, como anúncios em jornais, cartazes, folders, outdoors, panfletos e inserções veiculadas em emissoras de rádio e televisão e em mídias digitais, dentre outras, com estratégias para atingir as metas previstas no projeto.
- V. **Carta de anuência - (ANEXO X e XI)** - é o documento que atesta a parceria de instituições e pessoas físicas e/ou jurídicas para a execução do projeto. Esse documento é emitido por parceiros ou pessoas envolvidas no projeto, sendo obrigatória a apresentação desta para aprovação do projeto esportivo.
- VI. **Relatório Financeiro - (ANEXO XXIV)** - é o relatório de prestação de contas referente à utilização dos recursos em conformidade com o relatório técnico. Esse relatório inclui todos os documentos associados à movimentação da conta bancária do projeto, bem como orçamentos, autorizações de serviços, entre outros, e será disponibilizado no site <https://fmel.itajai.sc.gov.br/>
- VII. **Relatório Técnico** – é o relatório de prestação de contas das ações desenvolvidas conforme o plano de trabalho, incluindo documentos de comprovação tais como: fotos, listas de presença com assinatura e número do documento de identidade dos participantes, autorizações de uso de imagem e depoimentos, material impresso utilizados em eventos; certificados emitidos, súmulas de resultados obtidos, material de divulgação; documentos digitalizados em CD ou DVD, etc.
- VIII. **Relatório de Impacto Social** – é o relatório das ações desenvolvidas no projeto que permite avaliar de forma positiva ou negativa o impacto do produto final do projeto com relação ao meio e ao público-alvo ao qual foi desenvolvido. Pode ser apresentado por meio de gráficos, índices, pesquisas e outros.



- IX. **Proponente** – pessoa física ou jurídica responsável pelo projeto.
- X. **Certificado de Enquadramento – (ANEXO XIX)** - é o primeiro documento que o proponente recebe após a publicação do resultado final da seleção dos projetos aprovados em Diário Oficial. Esse documento é entregue em evento específico nas mãos do proponente ou responsável legal, assinado por Prefeito(a), Superintendente das Fundações e Presidente da Comissão de Avaliação de Projetos Esportivos - CAPE. É esse documento que permite a captação de recursos e deve ser apresentado nas empresas habilitadas e interessadas em incentivar o projeto esportivo.
- XI. **Termo de Compromisso – (ANEXO XX)** - é o documento pelo qual o proponente e empresa incentivadora firmam compromisso de aporte de recurso financeiro, na conta específica do projeto. Deve ser preenchido em 04 (quatro) vias, assinado por ambas as partes e então ser apresentado à Secretaria de Fazenda Municipal para obtenção do Anexo IV – Autorização para Transferência de Recursos.
- XII. **Autorização para Transferência de Recursos - (ANEXO XXI)** - é o documento que autoriza a empresa incentivadora a aportar recursos financeiros incentivados na conta específica do projeto.
- XIII. **Autorização para Utilização de Recursos – (ANEXO XXII)** - é o documento que o proponente recebe após apresentar à Fundação Municipal de Esporte e Lazer uma via do termo de referência assinada por ambas as partes, uma via da Autorização para Transferência de Recursos emitida pela Secretaria da Fazenda e extrato da conta bancária específica do projeto comprovando saldo de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do valor autorizado para captação.
- XIV. **Termo de Referência – (ANEXO XXIII)** - é o documento no qual o proponente contratante estabelece os termos pelos quais um serviço deve ser prestado ou um produto deve ser entregue por potenciais contratados. Em casos de contratação de profissional de notório saber, é o documento no qual se aplicam as inexigibilidades.



- XV. **Carimbo para documentos fiscais – (ANEXO XXV)** - nesse carimbo, constam informações de que os materiais ou serviços foram contratados e campos para data e assinatura do proponente.
- XVI. **Manual de logomarcas – (ANEXO XXVI)** - é um documento técnico, concebido por designers gráficos, contendo um conjunto de recomendações, especificações e normas essenciais para a utilização de uma determinada marca, com o objetivo de preservar suas propriedades visuais e facilitar a correta propagação, percepção, identificação e memorização da marca.

CAPÍTULO II

DA CONTRATAÇÃO DO PROJETO ESPORTIVO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 4º. Não serão admitidas, sob qualquer hipótese, alterações do Proponente e do objeto da proposta de projeto esportivo aprovado.

§1º - É de responsabilidade do Proponente manter a atualização de seu endereço residencial, eletrônico e telefone junto à Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí.

§2º - É de responsabilidade do proponente permanecer em situação de regularidade fiscal, tributária e com a seguridade social durante todo o período de execução do projeto esportivo.

§3º - Terá que ter apresentado a Prestação de Contas de proposta de exercício anterior até 30 (trinta) dias antes da data de abertura de novo edital para propositura de novos projetos do ano em exercício.

Art. 5º. O Projeto deverá ser executado no período máximo de 12 (doze) meses após a data da primeira captação de recursos, sendo necessária autorização da



Comissão de Avaliação de Projetos Esportivos - CAPE, caso o projeto seja executado em ano diferente da sua captação.

§1º – Esse prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação de prorrogação protocolada até 01 de dezembro do ano do exercício fiscal em que foi aprovado o projeto, acompanhada de justificativa consistente, e caberá à Comissão de Avaliação de Projetos Esportivos - CAPE avaliar a prorrogação tendo como base os critérios de aprovação de projetos fixados no Edital da Lei de Incentivo ao Esporte, sendo que a prorrogação poderá ser de no máximo 90 (noventa) dias.

§2º - A captação do recurso deverá ser realizada até o último dia do ano do exercício fiscal em que foi aprovado o projeto.

Art. 6º. É de total responsabilidade do Proponente providenciar todas as condições de infraestrutura, licenças e autorizações para a execução do projeto, bem como, as ações de divulgação e metas previstas.

Art. 7º. A execução das ações do projeto esportivo que geram custos somente poderão iniciar após a liberação dos recursos na conta bancária específica do projeto, o que se dá somente após a comprovação de saldo de 40% (quarenta por cento) do valor aprovado, mediante autorização da Fundação Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 8º. Para o recebimento dos recursos, o Proponente deverá abrir conta corrente remunerada específica para o projeto em banco oficial.

§1º – Essa conta corrente somente receberá recursos destinados ao projeto e ao final do mesmo é obrigatório apresentação de extrato bancário com saldo zerado.



§2º - A movimentação da conta corrente somente poderá ser feita por meio de transferência eletrônica ou débito automático.

§3º. Somente serão considerados pagamentos realizados para contas correntes com o mesmo nome/razão social e CPF/CNPJ constante na nota fiscal comprovante do produto/serviço adquirido.

§4º - Os rendimentos da aplicação financeira serão obrigatoriamente aplicados no próprio projeto esportivo conforme projeto esportivo aprovado. Para utilizar o rendimento, o proponente deve solicitar previamente à FMEL autorização por escrito (email ou ofício).

Art. 9º Será autorizada a previsão de custeio, com recursos do projeto, dos direitos autorais decorrentes de execução pública de eventos esportivos recolhidos a entidades de gestão coletiva destes direitos (ex.: ECAD, SBAT, ISBN).

Art. 10. É vedada a utilização do recurso do projeto para pagamento de despesas:

I – de natureza administrativa que suplantem o limite de 15% (quinze por cento) ou que sejam estranhos à execução do projeto esportivo;

II. – com recepções, festas, coquetéis, serviços de bufê ou similares, excetuados os gastos com refeições dos profissionais ou com ações educativas, quando necessário à consecução dos objetivos do projeto;

III – referentes à compra de passagens em primeira classe ou classe executiva, salvo, em caso de necessidade justificada, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;



IV – com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos.

Art. 11. É permitida a remuneração do proponente com recursos incentivados no projeto em até 15% (quinze por cento) do valor total captado.

§1º - A remuneração do proponente pessoa física só poderá ser realizada mediante apresentação de nota fiscal de Micro Empreendedor Individual própria, existindo a possibilidade de Declaração de Exclusividade, indicando que, em caso de nota fiscal emitida por pessoa jurídica, a emissora da nota deve ter CNAE adequado de contratação/representação de terceiros.

Art. 12. São admitidas como despesas administrativas:

I – material de consumo para escritório;

II – locação de imóvel para sede do Proponente aberta ao público durante sua execução;

III – conta de telefone, de água, de luz ou de Internet em conformidade com o item anterior;

IV – serviços de postagem e correios;

V – honorários de pessoal administrativo e serviços contábeis para a execução da proposta esportiva e respectivos encargos sociais perante o INSS e o FGTS.

Art. 13. São de responsabilidade do proponente as retenções e os recolhimentos relativos a impostos, tributos e contribuições que incidirem sobre os valores pagos pelos serviços contratados para a execução do projeto esportivo, observada a legislação específica vigente.



Art. 14. Para todo pagamento a ser realizado deverão ser apresentados três orçamentos, devendo ser adquirido o produto/serviço com menor valor. Os orçamentos deverão conter o CPF/CNPJ do fornecedor dos produtos/serviços envolvidos, detalhamento dos itens, quantidade, valor unitário, valor total da aquisição, assinatura do responsável, telefone e e-mail.

§1º A impossibilidade da obtenção de três orçamentos apenas pode ser justificada pela inexistência de três empresas na região que forneçam o produto/serviço necessário. Quando se tratar de profissional de notório saber, apresentar o Termo de Referência (**Anexo VI**) com comprovação por meio de portfólio ou currículo. Nesses casos, essa condição deverá ser explicitada na prestação de contas estando sujeita a aprovação do financiador.

§2º A execução de itens orçamentários com recursos incentivados será desconcentrada, somente sendo permitida a aquisição de mais de cinco produtos ou serviços do mesmo fornecedor quando demonstre ser a opção de maior economicidade, comprovada na prestação de contas mediante declaração do proponente, acompanhada de cotação de preços de pelo menos dois outros fornecedores.

§3º A aquisição de material permanente somente será permitida quando comprovadamente representar a opção de maior economicidade ou constituir item indispensável à execução do objeto da proposta esportiva, em detrimento da locação, devendo o Contratado, em qualquer caso, realizar cotação prévia de preços no mercado, observados os princípios da impessoalidade e da moralidade. Ao final da execução do projeto, os bens permanentes adquiridos deverão ser doados à Fundação Municipal de Esporte e Lazer.

§4º A locação de bens móveis e imóveis pode-se ser apresentado o recibo/fatura com discriminação detalhada dos itens e contrato de locação assinado pelas partes. No caso de pagamento de aluguel para pessoa física, dependendo do valor, fazer a



retenção do IRRF e apresentar a guia do imposto paga. E sendo o caso de locação de veículos, deverá ser anexado o modelo do automóvel, a cópia do documento do veículo com o nome do locatário do contrato.

CAPÍTULO III

DO ACOMPANHAMENTO, PLANO DE MÍDIA E COMUNICAÇÃO, DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DA COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS

Art. 15. O apoio aos projetos esportivos ocorre por meio da distribuição de recursos públicos e, por essa razão, estão sujeitos a acompanhamento e avaliação técnica.

§1º A não aplicação sem justa causa ou aplicação incorreta dos recursos públicos descritos neste artigo poderá ensejar a instauração de Tomada de Contas Especial.

§2º Considera-se justa causa a não execução total ou parcial do projeto esportivo ou a não prestação de contas dos recursos recebidos para execução do projeto.

SEÇÃO I

DO ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS ESPORTIVOS E O PLANO DE COMUNICAÇÃO E MÍDIA

Art. 16. Os projetos esportivos de que trata esta Instrução Normativa terão sua execução acompanhada pela Fundação Municipal de Esporte e Lazer e Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí por meio de suas Setoriais, de forma a assegurar a consecução dos seus objetos e seus objetivos.



Art. 17. O proponente deverá fazer uso dos logotipos oficiais da Fundação Municipal de Esporte e Lazer e do Município de Itajaí em todos os materiais de divulgação do projeto conforme plano de mídia aprovado de acordo com o manual de uso de logomarcas (**ANEXO IX**) presente nesta instrução normativa e disponível no link: <https://fmel.itajai.sc.gov.br/d/142>

Art. 18. Em qualquer fase da execução do projeto, a Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí - FMEL ou a Comissão de Avaliação de Projetos Esportivos - CAPE poderá determinar sua suspensão, caracterizada pela omissão do proponente no atendimento às diligências.

§1º - a inabilitação cautelar do Proponente, por meio de decisão da FMEL ou da CAPE, resultará, sem prejuízo de outras restrições ou sanções administrativas, a inabilitação do Proponente que implicará no que segue:

I - Suas propostas de projetos esportivos que ainda estejam pendentes de análise e aprovação devem ser canceladas e arquivadas na fase em que se encontrarem.

II - Estará impossibilitado de novas contratações para apoios a projetos esportivos e patrocínios enquanto perdurarem os fatos que originaram a inabilitação cautelar.

§2º - Aplicada quaisquer das medidas, o proponente será imediatamente notificado a apresentar esclarecimentos ou sanar a irregularidade do mesmo no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§3º - Decorrido o prazo sem o devido atendimento da notificação, a Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí adotará as demais providências necessárias para a apuração de responsabilidades e o ressarcimento ao erário.



SEÇÃO II

DA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 19. Para cumprimento da prestação de contas dos projetos aprovados pela Lei de Incentivo ao Esporte, o proponente deverá apresentar 3 (três) relatórios: a) relatório técnico referente às ações realizadas; b) relatório financeiro **(ANEXO XXIV)** referente à aplicação do recurso; e c) relatório de impacto social referente aos desdobramentos do projeto.

§1º - Os relatórios deverão obrigatoriamente ser entregues em até 30 (trinta) dias da execução da última ação prevista no projeto esportivo, pois considera-se esse como o relatório conclusivo. Deve-se incluir na prestação de contas final um CD/DVD/pendrive contendo todos os documentos digitalizados, vídeos, fotos e áudios que comprovem a realização do objeto do projeto.

§2º - O relatório financeiro referente à aplicação do recurso deverá estar assinado pelo proponente e por técnico contador com registro regularizado no CRC - Conselho Regional de Contabilidade.

Art. 20 - O relatório técnico deverá conter os seguintes documentos:

- I – Relatórios das ações constando a avaliação dos resultados do projeto esportivo;
- II. – Relação de todo e qualquer bem ou materiais permanentes adquiridos ou produzidos com recursos incentivados;
- III – Comprovação das ações de execução do projeto, conforme previsto no plano de trabalho por meio de fotos, listas de presença com assinatura e número do documento de identidade dos participantes, material impresso utilizado nos



eventos; certificados emitidos, súmulas de resultados, material de divulgação, etc.;

IV – Deverá obrigatoriamente conter o relatório do plano de contrapartida quando houver, bem como um exemplar do produto final sempre que possível e conforme a natureza do projeto.

Art. 21 - O relatório financeiro deverá conter os seguintes documentos originais:

I – destinação dos bens ou produtos permanentes após a finalização do projeto esportivo, sendo que, no caso de não haver continuidade do projeto, deverá o proponente direcionar os referidos bens a Fundação Municipal de Esporte e Lazer;

II.– Notas fiscais, comprovantes de transferências;

III – Documentos de execução dos serviços e recebimento de mercadorias;

IV - Bilhetes de passagem e roteiros de transporte, com a lista de passageiros fornecida pelo transportador contratado;

V – Contratos de locação e equipamentos, palco, transporte, imóveis ou outros itens necessários a execução do projeto;

VI – Passagens, ingressos, taxa de inscrição para participação em cursos, oficinas ou eventos desde que estejam previstos no projeto esportivo;

VII – Extrato bancário referente a todo período;

Parágrafo único - Todos os documentos impressos em material de pouca durabilidade (como comprovantes bancários e cupom fiscal, por exemplo) deverão ser anexados na prestação de contas em via original e cópia.

Art. 22. Para compras de material ou equipamento importado, no caso em que as despesas tenham sido realizadas em moeda diferente do Real, o balancete deverá ser apresentado na moeda original e convertido em Real.



Art. 23. Nas despesas efetuadas em território internacional será permitido utilizar cartão de viagem, vinculado à conta específica, no caso de recursos concedidos à despesas no exterior.

§1º - Quando o objeto compreender despesas no exterior, é obrigatória a apresentação de planilha complementar nas Prestações de Contas Parciais e Final, contendo relatório contábil com todas as despesas e sua devida conversão para o Real Brasileiro (R\$). Os eventuais saldos dos recursos cambiados serão convertidos para o Real Brasileiro, utilizando a taxa de câmbio da data da compra, para então serem devolvidos à conta específica do projeto.

§2º - Em casos de despesas realizadas no exterior através de cartão viagem, apresentar Balancete assinado pelo contador responsável, contendo o valor retirado da conta do projeto, a descrição das despesas e a devolução do saldo para a conta do projeto. Caso as despesas tenham sido realizadas em moeda diferente do Real, o balancete deverá ser apresentado na moeda original e convertido em Real.

Art. 24. Os recursos que porventura não forem utilizados deverão ser direcionados para a Fundação Municipal de Esporte e Lazer, através de transferência bancária.

SEÇÃO III

DA COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS

Art. 25. Para comprovação de despesas, serão admitidas Notas Fiscais, nelas devem constar no campo descrição dos serviços ou informações adicionais texto citando o nome ou número do EDITAL LIE 001/2021 e o nome do projeto, além de endereço, CPF e/ ou CNPJ do tomador e do prestador do serviço.



§1º. prestadores de serviço pessoa física deverão emitir Nota Fiscal Avulsa de Serviços diretamente na praça do cidadão Prefeitura de Itajaí, sendo admitida somente a emissão de três notas fiscais avulsas por CPF por projeto;

I – na nota fiscal deverá constar o nome do prestador de serviço, o endereço e o CPF, bem como, as especificações do material adquirido ou o serviço prestado, a quantidade, valor unitário e total de cada item.

II – No caso de prestador de serviço pessoa jurídica, além da nota fiscal, o proponente deve apresentar junto a prestação de contas o comprovante de recolhimento do ISS da referida Nota de Serviço, porém isso não se aplica pessoa jurídica optante pelo Simples Nacional, pois não existe guia de recolhimento de ISS para essas empresas.

Art. 26. É obrigatório apresentar Certidão Negativa de Débitos Municipais do prestador do serviço quando o valor for igual ou superior a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 27. Em caso de locação de bens permanentes necessários à execução do projeto esportivo, deve fazer parte da prestação de contas uma via original desses contratos de locação.

Art. 28. Os documentos fiscais relativos à combustível devem conter a identificação da placa do veículo e a quilometragem.

Art. 29. No caso de hospedagem, anexar a lista original de hóspedes fornecida pelo hotel.

Art. 30. Na contratação de serviços, especialmente no caso de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos,



seminários, capacitação e congêneres, devem ser detalhadas a quantidade de horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total, bem como as justificativas da escolha.

Art. 31. Por ocasião da entrega do produto ou serviço as notas fiscais deverão ser conferidas pelo proponente, atestando que o material foi entregue ou o serviço prestado, conforme as especificações, de preferência na parte da frente da nota. Caso seja impossível por falta de espaço, poderá ser no verso **(ANEXO XXV)**

SEÇÃO IV

DA AVALIAÇÃO TÉCNICA E CONTROLE SOCIAL DO PROJETO ESPORTIVO

Art. 32. Encerrado o prazo de prestação de contas da execução do projeto esportivo, a Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí elaborará parecer de avaliação técnica quanto à execução do objeto e cumprimento dos seus objetivos.

Art. 33. O parecer de avaliação técnica abordará, no mínimo, os seguintes aspectos:

I – confirmação da apresentação dos documentos de prestação de contas que comprovem a execução do objeto e o cumprimento de seus objetivos;

II.– consistência das informações prestadas quanto à execução do objeto e dos objetivos do projeto;

III – comparação entre os resultados esperados e os atingidos pelo projeto esportivo;

IV – avaliação de economicidade entre os custos estimados e os efetivamente realizados;



V – aferimento da repercussão do projeto junto à sociedade;

VI – cumprimento das medidas de acessibilidade e democratização do acesso;

VII – cumprimento das etapas e ações previstas no projeto;

VIII – outros aspectos considerados relevantes pelo analista.

Art. 34. Quando a prestação de contas e demais documentos comprobatórios do cumprimento do objeto do projeto não forem apresentados no prazo estipulado, o setor administrativo da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí, registrará a inadimplência do proponente nos termos do **art. 19** desta Instrução Normativa e o notificará para que regularize a prestação de contas em 30 (trinta) dias corridos, sob pena de reprovação.

SEÇÃO V

DA CONTRAPARTIDA E DO PLANO DE MÍDIA

Art. 35. Será obrigatória a vinculação na divulgação publicitária, gravada, ao vivo, impressa ou falada, ou por quaisquer outros meios, de todo projeto esportivo a que se refere este edital as marcas oficiais da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí e da Prefeitura de Itajaí disponíveis no site <https://fmel.itajai.sc.gov.br/d/142> e logomarca do patrocinador contribuinte, caso este não se oponha, conforme manual de aplicação de logomarcas (**ANEXO XXVI**) disponível no site <https://fmel.itajai.sc.gov.br/d/142>.

Art. 36. Como contrapartida, os proponentes aprovados deverão destinar à Fundação Municipal de Esporte e Lazer de Itajaí:



- I - no caso de formação esportiva de base: no mínimo 20%(vinte por cento) das vagas a disposição da Fundação Municipal de Esporte;
- II - no caso de manutenção de selecionados: no mínimo 20%(vinte por cento) dos ingressos para o evento na cidade de Itajaí; caso o evento não contemple atividades na cidade, uma apresentação com portas abertas diante de uma grande equipe na cidade de Itajaí;
- III - no caso de manutenção de atletas: participação do atleta em projetos de iniciação esportiva, ou escolas, no mínimo 10%(dez por cento) da sua carga horária mensal de treinamentos;
- IV - no caso de realização de eventos esportivos, quando forem cobrados ingressos, 10%(dez por cento) dos ingressos, quando for cobrada inscrição, 20%(vinte por cento) das inscrições grátis para equipes/atletas de Itajaí.
- V - quando outras atividades, repassar 10%(dez por cento) dos benefícios aos interesses da Fundação Municipal de Esporte.

SEÇÃO VI

ANEXOS

Art. 37. Fazem parte desta Instrução Normativa os seguintes anexos:

ANEXO I - FAPE – Identificação do Projeto;

ANEXO II - FAPE – Descrição do Projeto;

ANEXO III - FAPE – Cronograma de Execução

ANEXO IV - FAPE – Orçamento Físico Financeiro

ANEXO V – FAPE –Plano de Divulgação

ANEXO VI - FAPE –Planilha de Projetos Realizados

ANEXO VII – FAPE –Solicitação de Deferimento

ANEXO VIII – Declaração de Responsabilidade

ANEXO IX - Declaração de Responsabilidade Técnica (Profissional de Educação Física)

ANEXO X – Carta de Anuência para Sedar o Projeto



ANEXO XI - Carta de Anuência de participação no Projeto
ANEXO XII – Declaração de não parentesco
ANEXO XIII – Atestado de Capacidade Técnica
ANEXO XIV – Declaração de Residência
ANEXO XV – Programação do Evento
ANEXO XVI – Apresentação do Local do projeto
ANEXO XVII – Listagem de material com justificativa
ANEXO XVIII - Atestado de Prestação de Contas / Não Propositura
ANEXO XIX - Certificado de Enquadramento;
ANEXO XX – Termo de Compromisso;
ANEXO XXI – Autorização para Transferência de Recursos;
ANEXO XXII – Autorização para Utilização de Recursos;
ANEXO XXIII – Termo de Referência;
ANEXO XXIV – Relatório Financeiro;
ANEXO XXV – Carimbo;
ANEXO XXVI – Manual de Aplicação de Logomarcas do Sistema Municipal de Esporte e Lazer.

Itajaí, 16 de abril 2021.

Normélio Pedro Weber

Superintendente Administrativo das Fundações



FMEL
Fundação Municipal
de Esporte e Lazer

PREFEITURA DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS – CAPE



ANEXO I

FAPE – Identificação do Projeto

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO ORGÃO/ENTIDADE PROPONENTE

1 – Nome

2 – CNPJ/CPF/RG

3 – Endereço:

4 – Bairro:

5 – Cidade:

6 – UF:

7 – CEP:

8 – DDD/Telefone(s)

9 – DDD/Fax

10 – DDD/Celular

11 – Endereço Eletrônico (e-mail)

12 – Página na Internet (*home page*)

13 – Data de Fundação da entidade

14 – Registro em Cartório/Data/Nº.

15 – Objetivos da Entidade:

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

1 – Nome:

2 – Cargo

3 – Eleito em:

4 – Mandato
Início:
Término:

5 – CPF

6 – Identidade nº. / Órgão Expedidor:

7 – Endereço do Dirigente:

8 – Bairro:

9 – Cidade:

10 – UF

11 – CEP

12 – Telefones (incluindo celular/fax):

13 – Endereço Eletrônico (e-mail)



ANEXO II

FAPE - Descrição do Projeto

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto

Identificação do Objeto

Objetivo Geral

Objetivos Específicos

Justificativa

Endereço, Período/Data/Horário de Execução do Projeto.

ANEXO III

FAPE – Cronograma de Execução

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

FUNDÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (*Metas, etapas ou fases*)

[illegible]



ANEXO IV

FAPE – Orçamento Físico Financeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

ORÇAMENTO FÍSICO FINANCEIRO

Nº.	Natureza das Despesas			
	Descrição da despesa	Qtde.	Valor unit.	Valor total
1				
2				
3				
4				
5				
TOTAL				

ANEXO V

FAPE – Plano de Divulgação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

FUNDÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

[illegible]



FMEL
Fundação Municipal
de Esporte e Lazer

PREFEITURA DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS – CAPE



ANEXO VI

FAPE – Planilha de Projetos Realizados

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

PLANILHA DE PROJETOS, REALIZAÇÃO OU PARTICIPAÇÃO/EVENTOS PROMOVIDOS NOS DOIS (2) ÚLTIMOS ANOS

Data e Local	Nome do Evento	Nº. de atletas participantes	Média de público do evento	Mídia do evento



FMEL
Fundação Municipal
de Esporte e Lazer

PREFEITURA DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS – CAPE



ANEXO VII

FAPE – Solicitação de Deferimento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

DEFERIMENTO SOLICITADO

Na qualidade de representante legal do proponente, pedimos pelo deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o plano de trabalho do projeto_____.

Itajaí, ____ de _____ de 20__.

Proponente



ANEXO VIII
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL ___/20__

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, sob as penas da lei, assumir total responsabilidade, se aprovado o Projeto Esportivo proposto, aplicando os recursos financeiros repassados por contribuinte do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de acordo com a Lei Nº 4.513 de 22 de dezembro de 2005, e pela Lei nº 4.979 de 23 de novembro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 12.122 de 10 de fevereiro de 2021 que a regulamenta, e as orientações e determinações da CAPE – COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS DE ESPORTE, bem como prestar contas, ao final, a mesma.

A presente declaração, que infra firmamos é a expressão da verdade.

Itajaí, de de 2021



FMEL
Fundação Municipal
de Esporte e Lazer

PREFEITURA DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS – CAPE



Nome e assinatura do proponente

ANEXO IX

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Eu, _____, Profissional de Educação Física inscrito (a) junto ao Conselho Regional de Educação Física sob o número _____, declaro estar ciente da responsabilidade que possuo como Responsável Técnico do projeto _____ do proponente (atleta/entidade) _____, que será executado neste ano.

A presente declaração, que infra firmamos é a expressão da verdade.

Itajaí, de _____ de 2021



FMEL
Fundação Municipal
de Esporte e Lazer

PREFEITURA DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS – CAPE



Nome e assinatura do profissional de educação física

ANEXO X

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

CARTA DE ANUÊNCIA PARA SEDIAR O PROJETO

Eu, _____,
CPF n.º _____, RG n.º _____, residente na _____

representante da instituição, _____,
localizada na _____,
declaro interesse em sediar o projeto _____,
inscrito/aprovado na Lei de Incentivo ao Esporte de Itajaí, de autoria de _____.

Local e data.

(Assinatura)



FMEL
Fundação Municipal
de Esporte e Lazer

PREFEITURA DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS – CAPE



ANEXO XI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

CARTA DE ANUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO NO PROJETO

Eu, _____,
CPF n.º _____, RG n.º _____,
residente na _____, declaro
que estou ciente de minha participação no Projeto
_____, na função
de _____
do Proponente _____,
na função de _____, recebendo o valor
de R\$ _____ (_____).

Local e data.

(Assinatura)



ANEXO XII

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Eu, _____, residente, na Rua
_____, número _____, na cidade de Itajaí, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a)
_____, portador (a) da Carteira de
identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARO
que:

- 1 - Não sou servidor ou agente político do órgão responsável pelo Edital ____/20__ ;
- 2 - Não possuo cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha direta do órgão responsável pelo Edital ____/20__ .

Itajaí, ____de _____de 201.

Assinatura do Proponente



(USAR PAPEL TIMBRADO DA ENTIDADE)

ANEXO XIII

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O/A Entidade Declarante,
regularmente inscrita no CNPJ n.º _____, com sede na rua
_____, representada por
_____, vem, por meio desta,
atestar, para fins de comprovação junto a Fundação Municipal de Esportes de
Itajaí, que o/a Entidade Proponente do Projeto Esportivo,
inscrito(a) no CNPJ n.º _____, situado(a) à rua
_____, apresenta
capacidade técnica, física e operacional para o desenvolvimento do projeto
_____ conforme
especificado no Plano de Trabalho, considerando o(s) eventos/projetos
realizados/executados em parceria junto à entidade declarante.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta
seus efeitos jurídicos.

Itajaí, de de 20__

Nome do representante



FMEL
Fundação Municipal
de Esporte e Lazer

PREFEITURA DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS – CAPE



Cargo

ANEXO XIV
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA - (Pessoa Física)

Eu, _____, RG nº
_____, CPF _____, proponente do projeto
_____, inscrito na Lei de
Incentivo ao esporte de Itajaí, declaro para os devidos fins que resido no município
de Itajaí há mais de 02 (dois) anos.

Por ser verdade, firmo a presente.

_____, _____ de _____ de _____.

Proponente



ANEXO XIV

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA - (Pessoa Jurídica)

Eu, _____, RG nº
_____, CPF _____, proprietário do imóvel no endereço:

_____,
declaro para os devidos fins que a Entidade
_____, proponente do
projeto _____, inscrito
na Lei de Incentivo ao esporte de Itajaí, tem sede administrativa neste endereço, no
município de Itajaí há mais de 02 (dois) anos.

Por ser verdade, firmo a presente.

_____, _____ de _____ de _____.

Proponente



PREFEITURA DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS – CAPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

[illegible]



ANEXO XVI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

APRESENTAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO PROJETO

ENDEREÇO:

FOTOS

FRENTE

FUNDO

INTERIOR OU PERFIL 01

INTERIOR OU PERFIL 02

PANORÂMICA



ANEXO XVII

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL ____/20__

LISTAGEM DE MATERIAL

Nº.	Natureza das Despesas		
	Descrição do Item	Qtde.	Justificativa para Aquisição
1			
2			
3			
4			
5			



ANEXO XVIII

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EDITAL __/20__

ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANTERIOR/DE NÃO PROPOSITURA

A Fundação Municipal de Esporte e Lazer, com sede Rua Antonio Caetano, nº 105 – Fazenda – Itajaí/SC, representada por _____ vem, por meio desta, atestar, para fins de comprovação para a CAPE da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, que _____ inscrito(a) no CNPJ/CPF nº _____, residente à _____.

() apresentou a prestação de contas do projeto _____, protocolo ____/202__.

() não apresentou proposta no ano de 202__.

Estando apto a apresentar proposta no corrente ano.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Itajaí, de _____ de 20__



Nome do Servidor
Cargo

ANEXO XIX

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei nº. 4.513, de 22 de novembro de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 12.122 de 10 de fevereiro de 2021, através da CAPE – Comissão de Avaliação de Projetos Esportivos, confere o presente:

CERTIFICADO DE ENQUADRAMENTO

Projeto Esportivo:
Proponente:
CNPJ:
Responsável:– CPF
Valor Aprovado: R\$

Em função de sua análise e aprovação, conforme o disposto no artigo 22 do decreto nº 12.122 de 10 de fevereiro de 2021

Itajaí, de Abril de 20__.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal de Itajaí

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Superintendente Adm. das Fundações

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Presidente da CAPE



ANEXO XX

PREFEITURA DE ITAJAÍ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FMEL
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS - CAPE

Pelo presente **Termo de Compromisso**,

RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:
CNPJ:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

Compromete-se na forma da Lei 2.438, de 07 de março de 1989 e alterações posteriores e em conformidade com a Lei nº. 4.513 de 22 de dezembro de 2005 e pela Lei nº. 4.979 de 23 de novembro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 12.122 de 10 de fevereiro de 2021, a contribuir com o Projeto Esportivo _____Protocolo nº _____ Proponente _____ depositando na C/C nº. _____ Agência nº. _____, do _____, de Itajaí - SC, Mensalmente, a quantia equivalente ao percentual de trinta por cento (30%) no valor de R\$ _____ (_____) de seus impostos devidos de ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, ao Município de Itajaí - SC, no prazo estabelecido no Edital Nº ____/20____.

Itajaí, ____ de _____ de 20____



FMEL
Fundação Municipal
de Esporte e Lazer

PREFEITURA DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS – CAPE



Contribuinte-patrocinador

Proponente Esportivo

ANEXO XXI

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

O contribuinte _____, estabelecido na Rua _____, nº _____, bairro _____, Itajaí – SC, CNPJ _____, tendo assinado o **Termo de Compromisso (Anexo XX)**, está autorizado a transferir recursos para o **Projeto Esportivo nº _____/20____** – proponente _____, de título: _____, no valor de até R\$ _____ (_____reais), que deverá ser depositado na **Conta Corrente nº _____ da agência nº _____, do banco _____**, nesta cidade de Itajaí, nos termos do **Decreto nº 12.122 de 10 de fevereiro de 2021**, que regulamenta a **Lei nº 4.513, de 22 de dezembro de 2005**.

Itajaí, ____ de _____ de 20....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário da Fazenda



ANEXO XXII

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE ITAJAÍ
CAPE - COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS

AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Projeto: “.....”.

A Comissão de Avaliação de Projetos esportivos - CAPE, tendo em vista que

QUALIFICAÇÃO

.....

cumpriu as formalidades da Lei nº 4.513 de 22 de dezembro de 2005 e pela Lei nº. 4.979 de 23 de novembro de 2007, regulamentada pelo Decreto nº 12.122 de 10 de fevereiro de 2021, concede a presente **AUTORIZAÇÃO**, para utilizar os recursos disponíveis na C/C nº..... da agência nº do Banco do Brasil S/A, de Itajaí-SC, captados para a execução do Projeto Esportivo **Nº 000/20_**.

Itajaí, de de 20....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Superintendente das Fundações



ANEXO XXIII

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE ITAJAÍ
CAPE - COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS
TERMO DE REFERÊNCIA

Nome do Projeto em execução _____, nº ____/20____ Edital nº 000/20____

Nome do (a) contratado (a): _____

Objetivo do Trabalho a ser desenvolvido:

Detalhar as atividades a serem desenvolvidas:

Resultados esperados:

Data Início: ____/____/20____.

Data Término: ____/____/20____.

Carga Horária Total: _____ horas.

Valor da Remuneração Proposta: R\$ 0,00

Forma de remuneração: pagamento através de transferência.

Nível de Instrução e/ou capacidade técnica, qualidade e ou currículo que **Justifique a inexigibilidade.**

Nome do proponente

Responsável pelo projeto

Estando de acordo com as condições estabelecidas acima.

Assinatura do Contratado (a) _____

Nome do (a) Contratado (a): _____

Nº CNPJ OU CPF do Contratado (a): _____


Contato do Contratado (a) – Telefone/e-mail:

ANEXO XXIV

RELATORIO FINANCEIRO

[illegible]

Saldos Financeiros			Total	R	R
17-Conta Corrente: 0,00	18-Aplicações	19-Total: 0,00	20-Saldo:		0,00

<p>11-Nome, Assinatura do Proponente ou Responsável da Instituição e Data</p> <p style="text-align: center;">Proponente</p> <p style="text-align: center;">DATA</p>	<p>Declara, para todos os fins de direito, que o presente relatório financeiro cedeis com a veracidade e foi elaborado segundo as normas contábeis vigentes. Declara ainda que, toda a documentação original, comprobatória, utilizada para a elaboração do presente tome parecer sob a guarda desta instituição e à disposição para a verificação e consulta dos entes públicos competentes pelo prazo de 05(cinco) anos, contados a partir da presente data.</p>	<p>22- Contado:</p> 
---	--	---



ANEXO XXV

CARIMBO

CERTIFICO que o Material constantes
do Serviço

deste documento foi recebido e aceito
Prestado

Assinatura _____

Nome: _____

Cargo: _____



FMEL
Fundação Municipal
de Esporte e Lazer

PREFEITURA DE ITAJAÍ
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS – CAPE



ANEXO XXVI

MANUAL DE APLICAÇÃO DE LOGOMARCAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ESPORTE

<https://fmel.itajai.sc.gov.br/d/142>